

Condomínio tem 352 herdeiros

A situação do condomínio Porto Rico é mais um capítulo da complicada história fundiária do Distrito Federal. A área rural pertence a 352 herdeiros, descendentes de quilombolas da Cidade Ocidental (GO). Eles fazem parte do espólio que requer a posse da área. Mas o Ministério Público questionou na Justiça o registro das terras e agora toda a região está *sub judice*. A Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) garante que parte do condomínio está em área pública.

No Fórum de Santa Maria, existem dezenas de ações reivindicatórias em andamento. Os herdeiros exigem a desocupação dos lotes invadidos e a reintegração de posse. “A solução justa seria o governo desapropriar toda a área. Mas no Paranoá, por exemplo, até hoje os herdeiros não receberam indenização”, garante o advogado do espólio, Manoel Augusto Campelo Neto. A ocupação desordenada da área prejudica os interesses dos herdeiros, já que dificulta a regularização fundiária e uma solução definitiva para o problema.

Como a ocupação é irregular e não foram feitos estudos de impacto ambiental, não há licenciamento. Sem essa etapa no processo de regularização, as empresas públicas não podem instalar equipamentos nem sistemas de água, esgoto e iluminação. “Preciso usar água do poço, mas minhas filhas vivem com diarreia porque a fossa é bem ao lado”, reclama a dona-de-casa Cícera Barbosa, de 45 anos.

Há cerca de dois anos, a comunidade derrubou as cercas do condomínio, na esperança de que a queda dos muros atrairia o interesse do poder público. No ano passado, os 10 mil moradores passaram a pagar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mas continuam sem nenhuma infra-estrutura.

Investigação

A Subsecretaria do Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (SivSolo) depende de decisão judicial para demolir invasões e acabar com a expansão das ocupações. “Há uma ação de reintegração de posse dos herdeiros e enquanto nada ficar

decidido não podemos agir. Mas independente disso, estamos fazendo uma vigilância permanente. A partir da semana que vem, vamos fazer um levantamento detalhado no local”, explica o coronel Esmeraldo Oliveira, do SivSolo.

A administradora regional de Santa Maria, Maria de Lourdes Roriz, garante que não pode fazer fiscalizações no condomínio Porto Rico porque o parcelamento está em uma área particular. “Informamos ao SivSolo quando há denúncias e tentamos resolver os problemas de infra-estrutura para melhorar a qualidade de vida dos moradores do condomínio”, explica a administradora.

A 33ª DP (Santa Maria) acompanha a briga entre grupos rivais no condomínio Porto Rico. Há dezenas de registros de ocorrência por estelionato e ameaça. “Corretores pilantras percebem os lotes vazios, anunciam o terreno e fabricam documentos. Quem compra barato e sem a escritura só para se dar bem acaba alimentando esse esquema”, garante o delegado-chefe da 33ª DP, Vivaldo Neres. (HM)